HIERARQUIA TEMÁTICA: UMA PROPOSTA PARA O PB*

Márcia Cançado**

Essa mesa redonda apresenta uma característica um pouco diferente de outras, não tendo como objetivo o debate sobre um tema. A diretoria do CELSUL convidou-nos a fazer dessa mesa uma homenagem ao saudoso mestre Carlos Franchi. Foi com muita honra que aceitamos esse convite, tentando fazer desse encontro um momento de boas memórias e boas reflexões lingüísticas, que, como os que conheciam o professor sabem, era a marca principal de Franchi.

Ao discutirmos o formato que teria essa homenagem, chegamos à conclusão que não caberia simplesmente falarmos sobre as idéias de Franchi, mesmo porque, correríamos o risco de não estarmos sendo fiéis a suas propostas tão brilhantemente elaboradas. Decidimos que a melhor homenagem que poderíamos prestar a Franchi seria mostrarmos como a convivência com ele e suas idéias foram tão producentes e de que maneira influenciaram nossos trabalhos. Pelo formato de uma mesa redonda, fomos obrigados a delimitar um número de três pessoas para prestar essa homenagem. Mas, certamente, muitos

* O artigo aqui apresentado é uma versão resumida do artigo “Um estatuto teórico para os papéis temáticos”, a ser publicado em *Tópicos em semântica*, obra organizada por Ana Lúcia Muller, Esmeralda Negrão e Maria José Foltran. Agradeço a Mark Baker e a Jane Grimshaw pelas discussões sobre o assunto. O desenvolvimento desta pesquisa conta com o apoio financeiro do CNPq (e também da Capes, durante o período do meu pós-doutoramento), por meio da bolsa de Produtividade em Pesquisa.

** Universidade Federal de Minas Gerais. mcancado@ufmg.br

outros lingüistas que tiveram a sorte de conviver com Franchi e absorver suas inúmeras e brilhantes idéias e reflexões sobre a linguagem, também deveriam fazer parte desse grupo.

Essa mesa será composta por três pessoas que, além da grande admiração e carinho que têm pelo Prof. Carlos Franchi, foram testemunhas de aspectos distintos da trajetória lingüística de Franchi: o trabalho de muitos anos desenvolvido na Unicamp, que teve como testemunha o seu colega e grande amigo por muitos anos, o Prof. Rodolfo Ilari; o trabalho mais recente desenvolvido na USP, onde contou com o grande incentivo e apoio da Prof.ª Esmeralda Negrão e vários de seus orientandos; e o trabalho de orientação que, embora abarque inúmeros orientandos (hoje grandes lingüistas), fui a escolhida a dar meu testemunho sobre essa faceta do professor. Acredito que essa escolha recaia sobre o fato que em meu trabalho de doutorado desenvolvemos juntos várias de suas idéias sobre relações temáticas, idéias essas que continuo, até hoje, trabalhando e estendendo a meus orientandos.

O Prof. Carlos Franchi para mim foi muito mais que um ótimo orientador. Foi ele quem me iniciou na lingüística séria, reflexiva, e me ensinou uma boa parte das poucas coisas que sei sobre lingüística. Dos nossos longos encontros de orientação, e mais tarde, de discussões, aprendi e apreendi muitas lições sobre lingüística, e em como ser uma boa lingüista. Por isso, para prestar a minha homenagem pessoal a Franchi, decidi que o melhor seria mostrar que, de alguma forma, eu realmente absorvi parte de seus ensinamentos, e que tenho tentado trilhar um caminho próprio de pesquisa, tentado avançar nas nossas idéias iniciais, e tentado discutir essas idéias em âmbito nacional e, também, na comunidade lingüística internacional. Portanto, o que vou apresentar aqui, é o resultado de longos anos de busca que culminaram com o meu período de pós-doutoramento na Rutgers University, nos Estados Unidos. Tamanho foi o incentivo de Franchi para que eu discutisse essas idéias com lingüistas influentes, que a minha grande tristeza é não poder partilhar com ele as discussões que tive com lingüistas como Mark Baker e Jane Grimshaw, e que foram decisivas para as conclusões finais sobre o que apresentarei aqui. Provavelmente, algumas das propostas que apresentarei não seriam aceitas por Franchi, outras, ele ficaria feliz de ver corroboradas. Entretanto, o mais importante, e que também aprendi com ele, é que faz parte, de qualquer trabalho científico que se propõe sério, a argumentação favorável ou contrária. Antes, porém, de começar a expor minhas idéias, quero deixar registrado, mais uma vez, o meu mais profundo e sincero agradecimento a Carlos Franchi.

Introdução

Em busca de desenvolver um Princípio de Hierarquia Temática que abrangesse um grande número de exemplos do português brasileiro, as primeiras propostas da Hierarquia Temática para o português brasileiro aparecem em Franchi (1994b), Cançado (1995), e Franchi e Cançado (1997). Posteriormente, novas revisões e modificações foram desenvolvidas em Cançado (2000a; 2002a), culminando nesta última proposta que apresento, aqui, de uma maneira resumida.

Existe uma intuição, datada de muito tempo dentro das teorias linguísticas, que a relação entre a sintaxe e os papéis temáticos é altamente restringida por princípios universais, sendo um deles o chamado Princípio da Hierarquia Temática. Esse princípio estabelece a ligação entre a estrutura semântica e a estrutura sintática, ou seja, é um princípio que estabelece "qual papel temático vai para qual posição sintática". A motivação mais geral para uma Hierarquia Temática é a de expressar as generalizações sobre a ordem dos argumentos em um predicado: os argumentos mais baixos na hierarquia são compostos semânticamente antes com o predicado do que os argumentos correspondentes a papéis mais altos (Bresnan; Kanerva, 1989). Partindo desse pressuposto, as idéias gerais assumidas pelo Princípio da Hierarquia Temática aqui apresentado são: a) o princípio da hierarquia temática organiza os argumentos dos predicados, isto é, o princípio estabelece a correlação entre as propriedades semânticas e as posições de argumento externo e interno das sentenças; b) o princípio é construído não pelos papéis temáticos *per se*, mas pelas propriedades semânticas que os compõem; c) embora a Hierarquia Temática só estabeleça a organização da estrutura argumental, deve-se levar em conta toda a proposição para a atribuição de papel temático às posições argumentais.

O vantajoso no sistema que apresentarei é que neste modelo não são os papéis temáticos que fazem parte da hierarquia, mas as propriedades semânticas, relevantes gramaticalmente, que compõem esse papel. É sabido na literatura que o grande problema apresentado pelas hierarquias propostas é exatamente o de não apresentar uma ordem dos papéis de uma maneira única, apesar de a hierarquia ser pressuposta universal:

(1) Agent> Location/Source/Goal > Theme (Jackendoff, 1972);

(2) Agent > Effector > Locative > Theme > Patient (Foley; Valin Junior, 1984);
(3) Agent > Beneficiary > Experiencer > Instrument > Theme/Patient > Locative (Bresnan; Kanerva, 1989).

Assim, não mais será preciso estabelecer se é o beneficiário ou experienciador o mais proeminente em uma hierarquia, mas será necessário estabelecer se os papéis têm ou não determinada propriedade relevante para a sua proeminência. O importante é que essa propriedade pode aparecer tanto em um experienciador, quanto em um agente, quanto em um beneficiário, não fixando assim uma ordem rígida para os papéis em uma hierarquia, mas sim uma ordem para as propriedades. O positivo de se fazer essa troca de papéis para propriedades semânticas é que será possível lidar com um número menor de propriedades, e que as propriedades propostas parecem apresentar definições mais intuitivas e menos divergentes na literatura. Portanto, creio que a proposta que apresento é um passo na direção de se estabelecer um princípio de hierarquia temática que funcione de uma maneira mais abrangente.

Papel Temático e Propriedades Semânticas

As relações temáticas, geralmente, se estabelecem entre um verbo e seus argumentos. Por exemplo:

(4) João quebrou o vaso com um martelo.

Em (4), o verbo *quebrar* atribui o papel temático de agente a *João* e de paciente ao *vaso*. Entretanto, há autores, como Anderson (1979), Cinque (1980), Torrego (1985) e Giorgi e Longobardi (1991), que estendem essa noção também aos sintagmas nominais. Ainda Higginbotham (1985) estende a noção de papel temático aos adjetivos. Diferentemente, Franchi (1994a; 1997) assume que as relações temáticas não só se estabelecem entre todos os itens lexicais (incluindo

aí as preposições), mas também entre expressões complexas. Para definir papel temático, Franchi vale-se da proposta de Dowty (1989), que, embora em outro quadro teórico, tenta estabelecer uma definição mais rigorosa para o conteúdo semântico dos papéis temáticos.[1] Dowty (1989), informalmente, entende que o conteúdo semântico dos papéis temáticos se define a partir da família de acarretamentos lexicais[2] partilhados por argumentos da mesma posição sintática aberta por um verbo. Partindo dessa idéia, Franchi propõe que os papéis temáticos se definem a partir da família de acarretamentos partilhados por argumentos de "expressões predicadoras" e não de verbos. Primeiro, para incluir nesse termo os itens lexicais que entram em relações predicativas, independentemente da categoria sintática em que se manifestem (nome, verbo, adjetivo/advérbio, preposição). Segundo, para dar conta do processo composicional que reconstrói o sentido das expressões complexas.[3]

Baseio-me, primeiramente, na parte da proposta de Dowty que decompõe os papéis temáticos em propriedades semânticas. Porém, assumo uma direção inversa do autor que trata papéis temáticos enquanto uma noção "fuzzy" (não-discreta), e os agrupa em dois macro-papéis; o número e qualidade de propriedades acarretadas que cada argumento tem, classifica-o como sendo *x* ou *y*. Ao contrário, o foco maior da minha proposta são as propriedades, enquanto noções discretas, que compõem os papéis temáticos. São a essas propriedades que será atribuído um estatuto teórico.

Em segundo lugar, apesar de adotar a idéia da composicionalidade na atribuição de papéis temáticos, proposta por Franchi (e outros), distancio-me do autor, que tem como preocupação o estabelecimento de um formalismo para a noção dessa predicação composicional. Diferentemente, nesse artigo, não me comprometo com esse formalismo, assumindo simplesmente uma maneira descritiva de se atribuir um conteúdo semântico às noções de papéis temáticos. Portanto, a definição de papéis temáticos será dada por:

1 Embora Dowty (1989) não assuma os papéis temáticos como parte da gramática, mas sim como parte do mundo real, o autor deixa claro em seu artigo que reformular suas afirmações em um quadro teórico que assume dois níveis, o sintático e o semântico, e estabelecer uma correspondência entre eles não é incompatível com sua proposta.

2 Dowty (1989) define acarretamento lexical de um predicado como o grupo de todas as coisas que é possível concluir sobre x somente por saber que a sentença x predicado y é verdadeira.

3 Para maiores detalhes sobre o assunto, ver Franchi (1997).

(5) O papel temático de um argumento, ou seja, o papel semântico que determinado argumento exerce em uma sentença, é definido como sendo o grupo de propriedades semânticas atribuídas a esse argumento a partir dos acarretamentos estabelecidos por toda a proposição em que esse argumento encontra-se.

Assumo aqui a proposta de Jackendoff (1997, p. 186-187), em que relações de inferências como a de acarretamento está localizada em uma estrutura conceitual semântica, independente da formação das sentenças, e é definida como: "Acarretamento é uma relação entre o sentido de sentenças, entre os pensamentos que as sentenças expressam" (tradução livre).

Ilustrando a proposta, temos que na sentença em (4), o papel temático atribuído a *João* é o grupo de propriedades semânticas atribuídas a *João,* estabelecidas pelos acarretamentos decorrentes da proposição *João quebrar o vaso com um martelo*. Ou seja, se é verdade que *João quebrou o vaso com um martelo*, então, é necessariamente verdade que *João*:

- tem controle sobre desencadeamento do processo;
- teve intenção de quebrar o vaso;
- e, consequentemente, é animado;
- usou um instrumento para tal ação etc.

Portanto, o papel temático do argumento *João* na sentença em (4) é o grupo de propriedades listadas acima.

Entretanto, a definição de papel temático dada como a interseção de qualquer conjunto de acarretamentos ainda deixa um problema em aberto: é possível encontrar uma lista enorme de propriedades e os propósitos teóricos visados pressupõem um sistema de propriedades específicas, ou seja, a caracterização empírica do sistema de papéis temáticos do português brasileiro, relevantes para uma teoria gramatical; sendo necessário, pois, definir esse sistema. Na verdade, temos que definir os acarretamentos que determinam certas propriedades semânticas que compõem o papel temático dos argumentos que são relevantes para a explicação de certas generalizações gramaticais.

Para os propósitos deste artigo, temos, pois, que definir quais são as propriedades semânticas que têm um papel relevante na ligação entre as estruturas sintática e semântica, ou seja, quais são as propriedades semânticas que têm relevância para o estabelecimento do Princípio da Hierarquia Temática. Em um processo empírico, foi analisada a correlação entre as funções sintáticas e

semânticas de sentenças que contêm os papéis temáticos normalmente mais investigados na literatura.[4] Os acarretamentos dessas sentenças foram analisados, e, como resultado, foram encontradas quatro propriedades semânticas, fundamentais para o estabelecimento do Princípio da Hierarquia Temática: *ser um desencadeador de um processo*, *ser afetado por esse processo*, *ser um objeto estativo* e *ter controle sobre um desencadeamento, processo ou estado*. Daqui para frente, nomearei essas quatro propriedades simplesmente de: desencadeador, afetado, estativo e controle.

Primeiramente, temos as três propriedades semânticas principais, relacionadas às três grandes categorias semânticas: desencadeador que é relacionado a ações/causações; afetado que é relacionado a processos; e estativo que é relacionado a estados. O controle é uma propriedade compatível com as três propriedades citadas acima. Entretanto, diferentemente dessas propriedades, o controle nunca ocorre isolado. E, além disso, é sempre associado à propriedade de animacidade. Ainda foram encontradas as propriedades de *ser a fonte*, *ser a meta*, *ser o lugar* e *ser deslocado*. No entanto, assumo, juntamente com Lyons (1977) e Foley e Valin Junior (1984), que devemos entender as noções de locação como sendo noções que denotam estar em um determinado estado, e as noções de movimento como noções que denotam algum tipo de mudança de estado (ver também Silva, 2002). Como consequência, essas propriedades também são classificadas como estativos. Tentarei, pois, definir essas propriedades. Isso não é feito sem problemas, mas acredito que muitas das definições são intuitivas e existe um certo consenso entre os falantes a respeito do sentido dessas propriedades.

O desencadeador será a primeira propriedade investigada. Quando uma proposição acarreta para um determinado argumento – ter algum papel no desenrolar do processo –, este será um acarretamento que compõe o seu papel temático, e a esse argumento é associada a propriedade de desencadeador:

(6) *João* quebrou a janela.
(7) *A chegada de Paulo* assustou Maria.
(8) *Paulo* leu um livro.

4 Foram investigadas várias classes de verbos no português brasileiro, em um total de aproximadamente 800 verbos (Cançado, 1995; Moreira, 2000; Silva, 2002; ver também Cançado et al., 2002).

Uma observação importante é que desencadeador não deve ser comparado ao papel temático de agente ou causa simplesmente, ou a qualquer outro papel temático. Por exemplo, agente é normalmente associado à intenção e controle. Embora essas propriedades possam ser compatíveis com desencadeador, como veremos, não é o caso dos exemplos acima. Outro exemplo possível é:

(9) a. O professor correu o garoto atrevido para fora da sala.
b. A mãe casou a filha bem.
c. O pai estudou todos os filhos até a faculdade.

Baseado na definição de papel temático proposta aqui, a *professor/mãe/pai* pode ser atribuído o seguinte papel temático: *desencadeador do processo* e *ter controle sobre o desencadear desse processo*; a *garoto/filha/filhos*, pode ser atribuído: *desencadeador do processo*, e, também, *ser afetado por esse processo*. Reparem que desencadeador é somente uma propriedade que pode ser associada a outras propriedades, em um grupo específico de propriedades, chamado papel temático. Conseqüentemente, desencadeador pode ser parte de um "agente", ou "causa", ou até mesmo de um "paciente". É possível, até, ter um desencadeador de um processo mental, como no exemplo (8), e, aí, o desencadeador é parte de um "experienciador". Dessa maneira, as propriedades semânticas assumidas aqui não podem ser comparadas às noções comuns de papéis temáticos usadas na literatura.

Finalmente, a propriedade de desencadeador é compatível com controle. Quer dizer, um papel temático pode ter entre as propriedades que o compõe, ambas as propriedades de desencadeador e controle; só depende do evento descrito. O controle mais o desencadeador podem ser pensados como a capacidade de iniciação ou não de um processo.[5] O controle age diretamente no começo do processo. Podemos usar a idéia de dividirmos um evento em dois subeventos – o que foi feito pelo desencadeador e o que resultou dessa ação (ver Davidson, 1980; Pustejovsky, 1996; Franchi, 1997):

5 Evidentemente que podemos comparar essas duas propriedades ao agente prototípico. Descritivamente, não faz nenhuma diferença. Mas, teoricamente, manter o caráter flexível dos papéis temáticos como sendo um grupo de propriedades é relevante. É esse caráter flexível que nos permite atribuir um estatuto teórico aos papéis temáticos.

(10) o que foi feito = α $\overset{P}{\sqcap}$ (a, b) ρ = o resultado da ação

O controle age apenas nos acarretamentos de α, e não tem nenhum papel nas conseqüências do evento, ou seja, nos acarretamentos ρ:

(11) a. João quebrou o vaso com um martelo.
b. João quebrou o vaso original, achando que era o falso.
c. João quebrou o vaso com o empurrão que levou do irmão.

Façamos um constraste das sentenças acima. As sentenças (a) e (b) necessariamente acarretam que João é o desencadeador do processo e que João tem controle sobre o primeiro subevento de *quebrar*, independentemente do resultado da ação. Entretanto, a sentença em (c) não acarreta que João tenha controle no desenrolar do processo; embora João ainda seja o desencadeador do processo de *quebrar*, pois ele tem algum papel no desenrolar do processo.

O afetado será a segunda propriedade investigada. Essa propriedade é definida pela mudança de estado. Toda vez que uma proposição acarretar para um determinado argumento – mudança de um estado A para um estado B –, sendo este um acarretamento que compõe o papel temático desse argumento, esse argumento é associado à propriedade de afetado. Notem que a afetação pode ocorrer em qualquer tipo de estado, incluindo a mudança de lugar, já que a locação é associada a estados:

(12) João matou *seu colega*. (O colega mudou de estado de vida)
(13) Maria preocupa *sua mãe*. (A mãe mudou de estado psicológico)
(14) *Maria* recebeu um prêmio. (Maria teve uma mudança em suas posses)
(15) João bateu *na bola*. (A bola teve uma mudança de lugar)

Afetado também é compatível com controle. Quer dizer que um papel temático pode ter entre as suas propriedades ambas as propriedades de controle e afetação; isto dependerá do evento descrito. Afetado mais controle pode ser pensado como a capacidade de interrompimento do processo. Ou seja, não existe nenhum tipo de controle sobre o começo do processo, mas é possível interromper seu desenrolar. Por exemplo:

(16) João recebeu uma herança.

João é afetado pelo recebimento de uma herança (ele não tinha nada antes e agora ele tem alguma coisa), entretanto ele pode interromper esse processo se ele quiser. Reparem que (17) acarreta a João o controle sobre o processo:

(17) João não vai mais receber a herança; ele decidiu.

Enquanto em (18), atribuir controle a João é impossível:

(18) a. João recebeu um tapa.
b. *João não vai mais receber um tapa; ele decidiu.

Finalmente, o estativo é a terceira propriedade. Quando uma proposição acarreta a um de seus argumentos que suas propriedades não se alteram durante um intervalo *t*, ou seja, as propriedades permanecem as mesmas em $t_1 = t_2 = t_3$, associamos esse argumento à propriedade de ser um estativo:

(19) João leu *um livro*.

Na sentença acima, podemos concluir que se é verdade que *João leu um livro*, então é necessariamente verdade que *o livro* não se alterou durante todo o processo de leitura, ou seja, permaneceu com as mesmas propriedades em t_1, t_2... t_f. Se assumimos, porém, essa definição da propriedade estativa, podemos pensar que, em realidade, não existe uma única propriedade, mas vários tipos de propriedades estativas, incluindo aí as propriedades locativas (Lyons, 1977; Foley; Valin Junior, 1984):

(20) *João* tem uma casa. (possuidor)
(21) *João* adora festas. (experienciador)
(22) Maria leu *o livro.* (objeto)
(23) Esse livro custa *100 reais*. (valor)
(24) Essa casa apresenta *uma linda arquitetura*. (qualidade)
(25) O menino atravessou *o rio*. (locativo)

Entretanto, se adotamos a definição de papéis temáticos como um grupo de propriedades, todos esses papéis acima têm em comum a propriedade de ser um estativo dentro da proposição em que se encontram, além de outras propriedades mais específicas. E será a propriedade de ser um estativo a mais relevante para estabelecermos o Princípio da Hierarquia Temática.

O estativo também é uma propriedade compatível com controle. Quer dizer, em alguns casos é possível interromper o estado em que alguém se encontra, mesmo não tendo o controle sobre o começo ou sobre o desenrolar desse processo. Por exemplo, é possível dizer que algumas proposições que expressam estados psicológicos acarretam controle para seus "experienciadores". Reparem que as sentenças abaixo acarretam controle por parte de seus sujeitos gramaticais:

(26) a. João não vai mais amar Maria; ele se prometeu.
b. João não vai mais odiar José; ele decidiu.

Mesmo que pragmaticamente a sentença em (26) possa parecer duvidosa, (os mais românticos diriam que é impossível ter controle sobre o amor),

gramaticalmente é perfeita e acarreta o controle da situação para João. A minha afirmação é que alguns predicados estativos são compatíveis com a propriedade do controle, e dependendo do evento descrito, a proposição em que esses predicados se encontram pode acarretar controle para o papel temático estativo.

Concluindo, então, temos que as propriedades explicadas acima – desencadeador, afetado, estativo e controle – são propriedades semânticas relevantes para a organização da estrutura sintática, pelo menos para o português brasileiro. Essa relevância foi confirmada pelo processo empírico que investigou a correlação sintaxe/semântica de muitas sentenças do português brasileiro. Conseqüentemente, essas propriedades vão compor o Princípio da Hierarquia Temática.

Antes, porém, de estabelecermos o princípio propriamente dito, devo esclarecer um pouco mais como se dá a passagem do evento para a estrutura lingüística. Essa passagem não é uma relação um-a-um, mas depende de muitos fatores. Primeiramente, essa passagem depende da perspectiva adotada pelo falante para falar sobre os eventos no mundo. Eventos são estruturas pluridimensionais e expressões lingüísticas são estruturas lineares. Ou seja, muitos fatos acontecem ao mesmo tempo no mundo, mas para falarmos sobre estes, devemos colocá-los em seqüência, em uma estrutura sentencial. Evidentemente, temos instrumentos lingüísticos para expressar a simultaneidade dos eventos (advérbios, e outros). Entretanto, os eventos devem aparecer em uma seqüência linear na sentença. Aos falantes, cabe escolher um ponto inicial para essa seqüência. Portanto, para falarmos sobre um evento no mundo, devemos primeiramente escolher uma perspectiva ou um ponto de vista como ponto de partida. Junto a essa escolha, também vem a escolha dos itens lexicais a serem empregados. Isso significa que adotar uma perspectiva também depende da disponibilidade lexical e morfológica de uma língua específica. Podemos imaginar que o léxico funciona como um filtro para as possíveis estruturas sintáticas de uma dada língua, e, também, que papel temático são noções que dependem crucialmente da disponibilidade lexical de uma dada língua. Finalmente, essa passagem depende da organização (muito simples) da Hierarquia Temática.

Para concluir, é necessário estabelecer como as propriedades semânticas dos predicados estão representadas no léxico. Se a definição de Dowty (1989) fosse adotada em toda a sua extensão, as propriedades representadas no léxico seriam necessariamente os acarretamentos dos itens lexicais. Entretanto, como já vimos, as propriedades de alguns papéis temáticos são motivadas não somente pelos acarretamentos dos itens lexicais, mas pela composição desses itens na proposição, como no exemplo abaixo:

(27) Maria matou a galinha com uma faca afiada.

Só podemos atribuir o controle da ação de matar a Maria pela composição de *Maria matou a galinha com uma faca afiada*; o item lexical *matar* isoladamente não acarreta necessariamente controle para o seu desencadeador, como em (28):

(28) A doença matou a galinha.

Como conseqüência, temos um léxico menos restrito, onde estão marcados os acarretamentos lexicais do predicado, e, também, as propriedades compatíveis com esse predicado; e não, os papéis temáticos, como é usualmente assumido. Vejamos os exemplos abaixo:

(29) MATAR: V, {desencadeador (controle), afetado}
(30) RECEBER: V, {afetado (controle), estativo, estativo}
(31) AMAR: V, {estativo (controle), estativo}

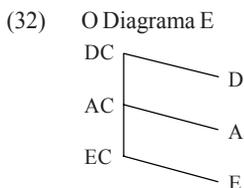
Retomando a definição de acarretamento lexical de Dowty: acarretamento lexical de um predicado é todas as coisas que podemos concluir sobre esse predicado somente por saber que a *sentença x predicado y* é verdadeira. Temos, então, que o predicado *matar* acarreta necessariamente que existe um desencadeador e um afetado no processo de matar. Além disso, assumo que o léxico também traz a informação que esse desencadeador é compatível com controle (o parênteses indica a possibilidade de ocorrência). A mesma análise se aplica aos outros exemplos acima. Portanto, serão essas informações que estarão disponíveis para o Princípio da Hierarquia Temática.

O Princípio da Hierarquia Temática

Apresento, agora, os postulados que estabelecem o Princípio da Hierarquia Temática. Esses postulados surgiram de uma extensa análise empírica, mas serão ilustrados, aqui, apenas com alguns exemplos mais relevantes, devido aos propósitos deste artigo (e também devido ao espaço limitado de um artigo). No entanto, para cada classe comentada, existe um número razoável de exemplos, em torno de 800 verbos no total, que foram investigados por Cançado (1995), Moreira (2000) e Silva (2002). Remeto o leitor interessado nessa análise empírica a esses textos.

Os Postulados

a) Postulado A

O primeiro postulado estabelece a ligação entre as propriedades dos argumentos da proposição e as posições sintáticas de argumento externo e interno. O Postulado A pode ser representado pelo diagrama em (32) que deve ser interpretado da seguinte maneira: o argumento de uma proposição que tem como parte de seu papel temático a propriedade mais proeminente do diagrama é localizado na posição de argumento externo na estrutura sintática; o argumento de uma proposição que tem como parte de seu papel temático a segunda propriedade mais proeminente do diagrama é localizado na posição de argumento interno da estrutura sintática. O diagrama em (32), nomeado de Diagrama E, apresenta as seguintes propriedades: DC que é desencadeador com controle, D que é desencadeador, AC que é afetado com controle, A que é afetado, EC que é estado com controle, e E que é estado. O Diagrama E deve ser lido assim: DC > D > AC > A > EC > E:

(32) O Diagrama E

Embora o diagrama hierárquico apresentado acima seja composto de seis elementos, observe que somente quatro propriedades semânticas e suas combinações são usadas para o seu estabelecimento. Essas propriedades conseguem abranger, em uma classificação mais geral, a maioria dos papéis temáticos listados na literatura. Isto é uma vantagem sobre outras hierarquias que têm de se valer de uma lista de papéis temáticos, que nem sempre abrange a totalidade dos papéis temáticos existentes. Por exemplo, nas hierarquias apresentadas em (1) a (3), umas fazem uso das noções de experienciador e beneficiário, outras fazem uso da noção de meta e fonte, mas não há um consenso sobre quais são os papéis relevantes para a composição da hierarquia, que, como já salientei, é pressuposta universal.

b) Postulado B

Como o diagrama hierárquico organiza somente as posições argumentais do predicado, todos os outros argumentos que também fizerem parte da proposição aparecerão como adjunções, marcados com uma preposição, e não estarão sujeitos ao Princípio da Hierarquia Temática (exceto nos casos de seleção de preposições idiomáticas).

c) Postulado C

Alguns predicados permitem uma violação na ordem da hierarquia. É o caso da alternância de construções como passivas, ergativas, e outras. Nessas situações específicas, o elemento que viola a ordem hierárquica aparece na sentença como adjunção, marcado com uma preposição, e (quase sempre) esse tipo de construção é marcado morfologicamente na sentença.

O Postulado A e os Dados do Português Brasileiro

O Postulado A pode ser exemplificado pelas construções do português brasileiro incluídas na classe de verbos de ação/processo e atividades,[6] ou seja,

6 Segundo Franchi, em um *corpus* de 500 verbos, 420 verbos, ou seja, 84%, são de ação/processo; 50 verbos, 10%, são de ação/atividade; 15 verbos, 3%, são de processo; e 15 verbos, 3%, são de estado.

verbos que acarretam para um de seus argumentos *ser o desencadeador do processo* e que também são compatíveis com *controle*. O argumento que tem como acarretamento ambas propriedades de desencadeador e controle será sempre localizado na posição de argumento externo:

(33) A madrinha sempre viajava a afilhada. → desencadeador/controle > desencadeador/afetado
(34) Paulo noivou/casou sua filha no sábado. → desencadeador/controle > desencadeador/afetado
(35) Paulo assassinou/ajudou Maria. → desencadeador/controle > afetado
(36) Paulo construiu/desenhou uma casa. → desencadeador/controle > estativo[7]

Vejam que exemplos como (33) e (34) seriam problemas para a maioria das hierarquias existentes, pois esse tipo de ocorrência não seria previsto por essas hierarquias. Poderíamos pensar que são construções marginais, entretanto, em um primeiro levantamento, achei em torno de 30 sentenças onde ocorre a dupla causação com apenas um predicado. Parece que essa construção está se tornando bastante produtiva em português coloquial.

A segunda posição mais proeminente é para o argumento que, na ausência do desencadeador/controle, tem somente o desencadeador como acarretamento relevante:

(37) As provas não vão mais preocupar Maria; (ela se prometeu). → desencadeador > afetado/controle
(38) A firma pagou Maria. → desencadeador > afetado
(39) O vento quebrou a janela. → desencadeador > afetado
(40) Essa caneta amarela escreveu a carta anônima. → desencadeador > estativo

7 O resultado de uma construção é somente um estativo e não um afetado, pois a construção não tem um estado inicial para ser mudado; como os resultados de pintar, escrever etc.

Em uma análise por propriedades relevantes, não mais é necessário falar em beneficiário ou experienciador. O que vai determinar a posição sintática desses papéis não é ser beneficiário ou estar em um estado psicológico, por exemplo, como propõem Bresnan e Kanerva (1989): agente > beneficiario > experienciador > instrumento > tema/paciente > locativo. Mas sim, se esses argumentos são afetados, como em (37) e (38). Por outro lado, é possível observar, também, que "experienciador" ou "beneficiário" é uma etiqueta que teria em comum as propriedades de estar em determinado estado psicológico e ser interessado no processo, respectivamente, entretanto, na realidade, trata-se de diferentes papéis temáticos que podem incluir distintas características de desencadeamento, afetação ou estado.

A terceira posição proeminente é para o argumento que, na ausência de desencadeador/controle e desencadeador, tem como acarretamentos relevantes o afetado com controle:

(41) Sam cortou seu cabelo (no barbeiro). → afetado/controle > afetado
(42) João igualou-se ao irmão (na escola), (devido ao seu esforço). → afetado/controle > estativo

O exemplo em (41) seria problemático para uma hierarquia que não prevê a ocorrência de beneficiário e paciente, simultaneamente. Por exemplo, Jackendoff (1990) propõe, em uma hierarquia, que também aceita uma certa composição de propriedades, onde o paciente menos afetado ou beneficiário mais afetado esteja sempre ligado à posição de objeto. Como lidar com as ocorrências do português em que temos os dois papéis em uma mesma proposição? Também o controle só é associado à agentividade, o que me parece equivocado, devido ao que já foi mostrado anteriormente.

A quarta posição proeminente é o afetado, quando o argumento não apresenta o desencadeador/controle, ou desencadeador, ou afetado/controle entre as suas propriedades:

(43) João tornou-se um líder, por acaso. → afetado > estativo

Finalmente, a última posição proeminente é o estativo/controle quando o argumento não tem nem desencadeador/controle, ou desencadeador, ou afetado/controle entre as suas propriedades:

(44) João não vai mais amar/temer/admirar Maria. → estativo/controle > estado

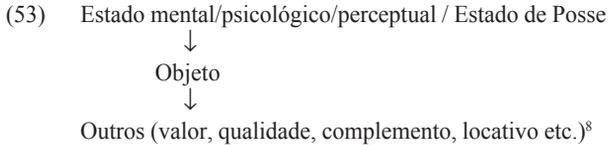
Vejam que os exemplos acima não encerram todas as possibilidades para as ocorrências com estativos. Existem construções em que somente aparecem estados, sem nenhum controle:

(45) João tem uma casa. {estativo, estativo}
(46) João merece uma casa. {estativo, estativo}
(47) A casa custa US$ 100,000.00. {estativo, estativo}
(48) João habita uma velha casa. {estativo, estativo}

É importante enfatizar novamente que os exemplos acima não violam, de maneira alguma, o Critério-θ, ou seja, a existência de um mesmo papel temático em duas posições argumentais. De acordo com a proposta aqui apresentada, o papel temático é um grupo de propriedades, e, portanto, não existe uma violação do Critério-θ quando dois papéis temáticos têm uma ou mais propriedades em comum. Esse é o caso para as construções estativas mostradas acima. Em um estudo das construções estativas do português brasileiro, Moreira (2000) apresenta uma análise mais fina para as construções estativas, em termos de classificação de papéis temáticos. A autora mostra que além de terem como propriedade o estativo, esses argumentos também apresentam outras propriedades como parte de seus papéis temáticos:

(49) João tem uma casa. {possuidor, objeto}
(50) João merece uma casa. {objeto, complemento}
(51) A casa custa US$ 100,000.00. {objeto, valor}
(52) João habita uma velha casa. {objeto, locativo}

Moreira (2000) propõe que existe também uma hierarquia interna entre essas propriedades estativas:

(53) Estado mental/psicológico/perceptual / Estado de Posse
↓
Objeto
↓
Outros (valor, qualidade, complemento, locativo etc.)[8]

Como última observação, o Postulado A está relacionado diretamente aos níveis semânticos de análise. Para atingirmos uma classificação correta dos papéis temáticos, devemos levar em conta esses diferentes níveis. Proponho que existem dois distintos níveis de análise semântica: a análise temática, que lida com a relação entre os itens lexicais; e a análise do item lexical, que lida com as propriedades semânticas, inerentes ao item lexical. Algumas vezes, existe uma falsa superposição desses níveis. Consideremos os exemplos:

(54) a. João quebrou a janela com um martelo.
b. O martelo quebrou a janela.
(55) a. Existem estrelas no céu.
b. O céu tem estrelas.[9]

Nas sentenças (a), *martelo* e *céu* recebem os papéis de instrumento e locativo, respectivamente, devido à composição do sentido da preposição com o verbo. Além disso, *martelo* tem um sentido instrumental inerente ao próprio

8 Em realidade, existem alguns contra-exemplos para essa hierarquia estativa:
(i) A casa pertence a Maria.
No exemplo acima, o possuidor está em uma posição mais baixa que o objeto estativo. Tenho consciência de que os verbos estativos ainda precisam de um estudo mais detalhado.

9 Para referências mais detalhadas a esse tipo de ocorrência locativa, ver Silva (2002).

item lexical, e *céu* tem um sentido locativo inerente ao próprio item lexical. Esse sentido inerente pode levar a atribuir os papéis de instrumento e locativo, também, às sentenças (b). Entretanto, assumo que essa é uma análise equivocada. Na sentença (54b), *martelo* é o desencadeador direto do processo; não podemos dizer que *quebrar o vaso* acarreta a *martelo* que este seja um instrumento. Em realidade, *martelo* tem a propriedade semântica lexical de ser um instrumento, assim como também é concreto etc. Mas não é um instrumento na relação estabelecida pela sentença (54). A mesma análise é aplicada à sentença (55b). Existe uma relação de possessão entre o predicado e seu argumento. Evidentemente, *céu* tem entre as suas propriedades lexicais a propriedade de locação, entretanto não é uma locação na relação estabelecida pela sentença.

O Postulado B e os Dados do Português Brasileiro

A hierarquia organiza somente as posições argumentais externa e interna do predicado. Todos os outros argumentos associados às outras propriedades inscritas na representação lexical serão marcados com uma preposição e projetados na sintaxe como adjunções. Assumo, juntamente com Baker (2001), que todo argumento introduzido por uma preposição está em posição de adjunção, já que este tem a mesma estrutura sintática e as mesmas propriedades sintáticas; mesmo que este argumento seja obrigatório para o sentido da sentença. Como o autor realça, ser obrigatório não é condição para ser argumento sintático. Observem que temos argumentos cujas realizações sintáticas não são obrigatórias; por exemplo, o caso de construções ergativas, ou verbos como *comer* etc.:

(56) O vaso quebrou.
(57) João comeu demais.

Retornando ao Postulado B, analisemos um exemplo. Temos como representação do item lexical *vender*:

(58) VENDER: V, {desencadeador/controle, afetado, valor, destinação}

O item lexical *vender* acarreta que existe alguém que desencadeia o processo e necessariamente tem controle sobre esse processo. Também, como acarretamento, existe um objeto afetado nesse processo, pois alguma coisa muda de possessão. Existe um valor envolvido nesse processo, e, também, existe uma destinação para esse processo. Como resultado, temos a representação lexical em (58). O Princípio da Hierarquia Temática estabelece que o desencadeador com controle é proeminente em relação a afetado. O afetado é proeminente em relação a qualquer estativo, incluindo aí valor e destinação. Portanto, o argumento relacionado às propriedades de desencadeador com controle terá a posição de argumento externo; o argumento relacionado à afetação terá a posição de argumento interno; as outras propriedades são marcadas com uma preposição semanticamente compatível (que atribuirá o papel temático a esses argumentos) e esses elementos serão projetados como adjuntos na estrutura sintática. Esse postulado nos dá a sentença em (90), por exemplo:

(59) João vendeu uma casa para Maria por US$ 100,000.00.

Nesse ponto, é importante esclarecermos alguns aspectos relacionados a papéis do evento e papéis temáticos. Na análise temática dada acima, poderia ser questionada a razão de haver somente a propriedade de destinação associada à *Maria*, pois *Maria* poderia ser também o desencadeador do processo de compra/venda. Aqui, aparece a diferença entre papéis do evento e papéis temáticos. *Maria* é um dos desencadeadores do evento no mundo; o outro desencadeador é *João*. Evidentemente que o processo de vender/comprar no mundo é o mesmo, se tivermos os mesmos participantes. Mas se vamos para o nível lingüístico, *vender* não acarreta a *Maria* que ela tem algum papel no desencadeamento do processo de vender. Relações temáticas são exatamente os acarretamentos atribuídos pela proposição a seus argumentos, e, portanto, uma relação específica entre os significados dos itens lexicais. Conseqüentemente, não é verdadeira a afirmação que se *João vendeu a casa para Maria*, essa sentença acarreta a *Maria* que ela seja a desencadeadora de

vender; acarreta a *Maria* que ela é a destinação do processo de vender. Na verdade, *Maria* é a desencadeadora do processo de comprar. Parece mais claro agora como se distinguem os papéis como função entre participantes e o evento no qual estes participam, portanto noções do mundo, e a noção de papéis temáticos enquanto propriedades dos itens lexicais, portanto noções lingüísticas (ver Barwise; Perry, 1983; Chierchia, 1989).

Voltando ao Postulado B, temos que a hierarquia organiza somente as posições argumentais de um predicado, e que todos os outros elementos serão marcados com uma preposição e projetados como adjunção na estrutura sintática. Entretanto, existem ainda alguns casos em que as preposições são vistas como parte inerente do verbo. Neeleman (1997) nomeia esses casos de "seleção de preposições idiomáticas". Observe que nesses casos não é possível mudar a preposição (como ocorre com outras construções envolvendo preposições). Parece que a preposição está embutida no sentido do verbo e não tem nenhuma relação específica com o sentido da preposição:

(60) João depende de *com/em/para Maria.
(61) João votou em *com/de/para Maria.
(62) João concorda com * de/em/para Maria.
(63) João mora em *de/em/para Belo Horizonte.

Compare os exemplos acima com exemplos em que as preposições estão em posição de adjunção. Podemos mudar as preposições de acordo com o sentido desejado, e, naturalmente, de acordo com as compatibilidades lexicais:

(64) João quebrou o vaso com/contra/sobre um martelo.[10]
(65) João leu o livro com/sem/sobre os óculos
(66) João comprou a casa de/para/com Maria.

10 Esse exemplo é de Berg (em preparação).

Portanto, em casos onde temos a preposição inerente presa ao verbo, assumo que PPs são complementos e estão sujeitos ao Princípio da Hierarquia Temática. Proponho, também, que as preposições apareçam no léxico como parte do item lexical:

(67) DEPENDER DE: V, {estativo(controle), estativo}
(68) VOTAR EM: V, {desencadeador/controle, estativo}
(69) CONCORDAR COM: V, {estativo/controle, estativo}
(70) MORAR EM: V, {estativo/controle, estativo}

O Postulado C e os Dados do Português Brasileiro

O último postulado prevê que alguns predicados permitem a violação na ordem da hierarquia quando existe uma alternância sintática do tipo passivização, ergativização, e outras. Nesses casos, o argumento relacionado a essa alternância deve ser realizado em posição de adjunção, marcado com uma preposição. Embora em uma abordagem funcionalista, Foley e Valin Junior (1984) propõem uma Hierarquia Temática que apresenta um comportamento similar em relação a passivas, tópicos, e outros processos.

Por exemplo, para o predicado *preocupar*:

(71) PREOCUPAR: V, {desencadeador, afetado (controle)}

A ordem prevista pela hierarquia é desencadeador > afetado. E assim temos:

(72) A guerra preocupa Maria.
desencadeador > afetado

Entretanto, existe a construção ergativa em que o afetado passa para a posição de argumento externo. Se ainda quisermos incluir o desencadeador na descrição do evento, este deve ser projetado em posição de adjunção, marcado com uma preposição:

(73) Maria (se) preocupa com a guerra.

Essas alternâncias quase sempre apresentam uma marca morfológica. Esse é o caso para as construções ergativas nas línguas românicas e nas construções passivas:

(74) a. QUEBRAR: V, {desencadeador (controle), afetado}
b. A janela *foi quebrada* por João.
c. A janela *(se)* quebrou com um martelo.

Ainda podemos lembrar exemplos de sujeitos compostos e a propriedade comitativa, que também seguem o Postulado C:

(75) a. CARREGAR: V, {desencadeador (controle), estativo}
b. João e Maria carregaram o piano.
c. João carregou o piano *com Maria.*

Com os postulados apresentados acima, acredito que é possível cobrir um grande número de ocorrências da língua, pelo menos para o português brasileiro.

RESUMO

Primeiramente, eu dedico este artigo à memória do Prof. Carlos Franchi. Apresento, aqui, uma proposta alternativa para o Princípio da Hierarquia Temática. A proposta é diferente de outras no sentido que, para construir o Princípio da Hierarquia, uso somente quatro propriedades semânticas – desencadeador, afetado, estado e controle – e suas combinações. Além disso, o princípio não é construído por papéis temáticos como o usual na literatura corrente. Diferentemente de outras propostas, a localização de um argumento em uma posição sintática específica deve-se à propriedade que compõe o papel temático (e não o próprio papel temático). Papel temático aqui, é definido como uma relação estabelecida entre um predicador simples ou complexo e seus argumentos.

Palavras-chave: hierarquia temática, papéis temáticos, propriedades semânticas, posições sintáticas.

ABSTRACT

First of all, I dedicate this paper to Prof. Carlos Franchi (in memoriam). It presents an approach for the Thematic Hierarchy Principle applied to BP. The approach is different from others in the sense that, to construct the Thematic Hierarchy Principle, I deal only with four semantic properties – trigger, affected, state, and control – and their combinations. Besides, the principle is not constructed by thematic roles as is usual in the current literature. Differing from other proposals, the localization of an argument in a specific syntactic position is due to the property that composes the thematic role (and not to the thematic role per se). Thematic roles here are defined as a set of entailments (the semantic properties) derived from the relation established between a single or complex predicate and its arguments.

Key-words: thematic hierarchy, thematic roles, semantic properties, syntactic positions.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, M. *Noun Phrase Structure*. Connecticut, 1979. Dissertation (Ph.D.) - University of Connecticut.

BAKER, M. *On the Differences among the Lexical Categories*. New Jersey: Rutgers University, 2001. Mimeog.

BARWISE, J.; PERRY, J. *Situations and Attitudes*. Cambridge (MA): MIT Press, 1983.

BERG, M. *O comportamento semântico lexical das preposições do português do Brasil*. Belo Horizonte. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais. No prelo.

BRESNAN, J.; KANERVA, J. Locative Inversion in Chichewa: a Case Study of Factorization in Grammar. *Linguistic Inquiry*, n. 20, p. 1-5, 1989.

CANÇADO, M. Verbos psicológicos: A relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de uma semântica representacional. Campinas, 1995. Tese (Doutorado) - Unicamp.

_____. O lugar da semântica em uma teoria gramatical. *Estudos Linguísticos*, n. 29, p. 67-78, 2000a.

_____. O papel do léxico em uma teoria dos papéis temáticos. *D.E.L.T.A.*, v. 16, n. 2, p. 297-321, 2000b.

_____. Uma aplicação da teoria generalizada dos papéis temáticos: verbos psicológicos. *Revista do GEL*, número especial: em memória de Carlos Franchi, São Paulo, 2002a.

_____; FRANCHI, C. Exceptional Binding with Psych-Verbs? *Linguistic Inquiry*, v. 30, n. 1, p. 133-143, 1999.

_____ et al. A proposta de Franchi: teoria generalizada dos papéis temáticos. *Estudos Lingüísticos*, n. 31, 2002.

CHIERCHIA, G. Structured Meanings. In: _____; HALL-PARTEE, B.; TURNER, R. (Eds.). *Properties, types and meaning*. Daordrecht: Kluver, 1989. (Studies in Linguistic and Philosophy), v. 2: Semantic Issues, p. 131-166.

CINQUE, G. On extraction from NP in Italian. *Journal of Italian Linguistics*, n. 5, p. 47-99, 1980.

DAVIDSON, D. *Actions and Events*. New York: Oxford University Press, 1980.

DOWTY, D. On the Semantic Content of the Notion of Thematic Role. In: CHIERCHIA, G.; HALL-PARTEE, B.; TURNER, R. (Eds.). *Properties, types and meaning*. Daordrecht: Kluver, 1989. (Studies in Linguistic and Philosophy), v. 2: Semantic Issues, p. 69-129.

FOLEY, W. A.; VALIN JUNIOR, R. D. van. *Functional Syntax and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

FRANCHI, C. *Anotações sobre a teoria generalizada dos papéis temáticos*. São Paulo: Unicamp/USP, 1994a. Mimeog.

_____. *Anotações sobre o Princípio da Hierarquia Temática*. São Paulo: Unicamp/USP, 1994b. Mimeog.

_____. *Predicação*. São Paulo: Unicamp/USP, 1997. Mimeog.

_____; CANÇADO, M. *Reexame da Noção de Hierarquia Temática*. São Paulo: Unicamp/USP/UFMG, 1997. Mimeog.

GIORGI, A.; LONGOBARDI, G. *The Syntax of Noun Phrases*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

HIGGINBOTHAM, J. On Semantics. *Linguistic Inquiry*, n. 16, p. 547-593, 1985.

JACKENDOFF, R. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge (MA): MIT Press, 1972.

_____. *Semantic Structures*. Cambridge (MA): MIT Press, 1990.

_____. *The Architecture of the Language Faculty*. Cambridge (MA): MIT Press, 1997.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge, London: Cambridge University Press, 1977.

MOREIRA, C. Princípio de Ligação Sintaxe/Semântica: Construções Estativas. Belo Horizonte, 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

NEELEMAN, A. PP-Complements. *Natural Language and Linguistic Theory*, n. 15, p. 89-137, 1997.

PUSTEJOVSKY, J. *The Generative Lexicon.* Cambridge (MA): MIT Press, 1996.

RAPPAPORT, M.; LEVIN, B. What to do with theta-roles. In: WILKINS, W. (Ed.). *Syntax and semantics 21 Thematic roles*. New York: Academic Press, 1988. p. 7-36.

SHIBATANI, M. The grammar of causative constructions: a conspectus. In:_____. (Ed.). *Syntax and Semantics 6.* New York: Academic Press, 1976.

SILVA, E. S. Predicadores espaciais: estrutura argumental e hierarquia temática. Belo Horizonte, 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

TORREGO, E. *On Empty Categories in Nominals*. Massachussets: University of Massachussets, 1985. Mimeog.